

A mercantilização da educação no Brasil sob a lógica da especulação financeira

FÁBIO LUCIANO OLIVEIRA COSTA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo

Este artigo aborda o processo de financeirização da educação no Brasil, dentre outros, caracterizado pela formação de grandes grupos empresariais educacionais, a sua desnacionalização com a inserção de capitais estrangeiros e a comercialização de ações de alguns destes grupos em bolsas de valores na busca da rápida ampliação dos lucros. Por meio da revisão de trabalhos pertinentes ao tema, de natureza interdisciplinar, através de livros, artigos, teses, dissertações e textos publicados em veículos de comunicação de massa, ainda que de forma introdutória, discutiu-se a problemática no sentido de inserir e associar o tema educacional no campo dos estudos da economia política, com o foco nas reformas neoliberais e novo-desenvolvimentistas no país nas duas últimas décadas. Fenômeno recente e ainda pouco destacado pelos trabalhos acadêmicos, esta forma de mercantilização educacional, pela magnitude que tem tomado na movimentação de capitais, levanta questões importantes quanto aos rumos que estão direcionando a educação no sistema capitalista. Longe de combater, este processo educacional acaba por contribuir com a ampliação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Educação; Especulação Financeira; Mercadoria.

The commodification of education in Brazil under the logic of financial speculation

Abstract

This article discusses the process of financialization of education in Brazil, among others, characterized by the formation of large business education, denationalization with the insertion of foreign capital and market shares of some of these groups on stock exchanges in the pursuit of rapid expansion of profits. Through the review of works related to the theme of interdisciplinary nature through books, articles, theses, dissertations and articles published in mass media outlets, albeit introductory, discussed the issue in order to insert and associate education in the subject field of studies of political economy, with a focus on neoliberal reforms and new-development in the country in the last two decades. Recent phenomenon and has received little attention by the academic work, this form of commodification of education, the magnitude that has taken the movement of capital, raises important questions about the direction you are driving education into the capitalist system. Far from fighting, this educational process turns out to contribute to the widening of social inequalities.

Keywords: *Education; Financial Speculation; Merchandise.*

1 Introdução

As políticas públicas educacionais dos Estados capitalistas cumprem importante função para a manutenção e a reprodução de um tipo majoritário de educação que se desenvolve em seus sistemas de ensino, de caráter individual, competitiva e subsidiada pelo decreto de méritos quase sempre duvidosos e excludentes, voltada para uma qualificação que atenda aos interesses dos mercados de trabalho, ao mesmo tempo em que constrói uma hierarquia rígida sobre a possibilidade de seu acesso por parte dos indivíduos.

Mesmo assim, os espaços educacionais podem se estabelecer como importantes locais de resistência e de luta aos ditames que favorecem os privilégios concedidos a alguns indivíduos em detrimento de tantos outros.

Diante de uma das piores distribuições de renda de todas as nações do planeta, o Brasil, por sua vez, se coloca entre as dez maiores economias do mundo. Quer dizer, num país onde há grande produção de riquezas, suas benfeitorias (materiais e simbólicas) ficam restritas e acessíveis a pequenos grupos.

Se o Estado atua como instituição cuja função, dentre outras, é proporcionar, de certa forma, a distribuição da riqueza produzida em uma nação, o que varia de um país para o outro, em contrapartida, assume importante função no incentivo ao processo de acumulação de capital. Assim, o papel do Estado, principalmente através da regulação dos mecanismos legais, associa-se de forma estreita com a financeirização da educação.

A financeirização da educação tem se constituído na gestão empresarial, incluindo, em alguns casos, a desnacionalização das empresas educacionais, onde a abertura ao capital externo com/ou a fusão dos grandes capitais internos, tem permitido a formação de conglomerados corporativos empresariais, cujas ações são comercializadas nas bolsas de valores, atribuindo à educação a necessidade da busca incessante do lucro.

Pretende-se investigar como vem se estruturando esse processo de financeirização da educação no país nos últimos anos, por meio da revisão de trabalhos pertinentes ao tema, de natureza interdisciplinar, através de livros, artigos, teses, dissertações e textos publicados em veículos de comunicação de massa, ainda que de forma introdutória, discutindo a problemática no sentido de inserir e associar o tema educacional no campo dos estudos da economia política, com o foco nas reformas neoliberais e novo-desenvolvimentistas no país nas duas últimas décadas.

Nesse sentido, temáticas como, por exemplo, a qualidade do ensino e a pesquisa científica, assumem exclusivamente um caráter mercantil, e que, inclusive, englobam não só as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, mas também outros tipos de instituições educacionais.

Uma discussão inicial sobre os estudos da economia política, que conduziram as reformas neoliberais principalmente nos países centrais e no Brasil, em especial, no que se refere à consolidação do capital fictício em mercados especulativos financeiros, permite melhor compreender o funcionamento atual do tema educacional abordado.

O texto conta, além desta introdução, com mais quatro partes. Na primeira, discutem-se algumas características relacionadas ao processo contemporâneo de consolidação dos mercados de especulação financeira a partir da reestruturação das políticas econômicas neoliberais.

Na segunda, destacam-se em linhas gerais, aspectos teóricos tanto do neoliberalismo no Brasil, quanto do que tem sido caracterizado na última década como novo-desenvolvimentismo. Antes de querer explorar as variadas implicações que estas abordagens podem conduzir na área política e econômica, sua introdução pretende colaborar com um melhor entendimento do processo de financeirização da educação no país.

O terceiro tópico trata da financeirização educacional propriamente dita, ao destacar o fato de que algumas empresas educacionais têm se inserido no mercado especulativo financeiro, como no caso das IES privadas e outras instituições de ensino, onde temos tido a formação de grandes conglomerados educacionais, alguns deles com a participação do investimento de capitais externos.

Por fim, as considerações finais chamam a atenção para a constituição do processo de mercantilização da educação, que não corresponde a um fato novo no país, mas a inserção de grupos educacionais em mercados especulativos financeiros representa fenômeno recente, ainda pouco estudado no âmbito acadêmico, com particular importância para a maneira como conseguem promover a movimentação de elevados volumes de capitais nas mãos de poucos indivíduos.

2 O Incentivo Neoliberal ao Processo de Especulação Financeira

Reformas econômicas e políticas neoliberais em massa num Estado, conforme ressalta a literatura (ANDERSON, 1995; SADER, 2003; SALAMA; VALIER, 1997; SANTOS, 2004), teve com o Chile, em 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet, o pioneirismo de apresentar para o mundo o que

em muitos aspectos viriam a constituir os paradigmas das novas reformas nos espaços públicos e privados; seguido, na América Latina, pelo Uruguai, em 1974, e pela Argentina, em 1976.

A política econômica do governo Pinochet foi entregue sem restrições a um grupo de economistas da “Escola de Chicago”, inspirados pela filosofia liberal de Milton Friedman, os quais propunham políticas de combate à inflação de cunho monetarista, como alternativa para a reversão da crise geral do capitalismo aprofundada na década de 1970.

Nos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, no início da década de 1980, a justificativa para a implantação do neoliberalismo apareceu com a crise do Estado de Bem-Estar Social, dentro da crise maior do modelo econômico capitalista, em meio à necessidade de encontrar novas alternativas para incentivar a acumulação de capital privada e restritiva (BORÓN, 1994; GOMES, 2006; STIGLITZ, 2002).

Dentre esses fatores da crise, os gastos dos países centrais passaram a extrapolar a arrecadação tributária e a gerar déficit fiscal, aumentando as necessidades de assistência e proteção dada aos trabalhadores; crise na acumulação do Estado, pois, com a menor arrecadação dos impostos sobre os assalariados, gerados pelo maior desemprego, e da arrecadação do capital que passou a contar com menores investimentos na produção, os Estados nacionais somaram dívidas públicas (internas e externas) na casa das centenas de bilhões de dólares (CORTEZ, 2008; TOLEDO, 1997).

Para Laurell (1997, p. 167), “as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a descentralização”. Outro item pode ser acrescentado a esta lista como uma quinta estratégia neoliberal, o da especulação financeira dos mercados de capitais.

Concessões para as camadas mais ricas da população, com a diminuição dos impostos e incentivos para a especulação financeira, foram convertidas em políticas de Estado para elevar o bom funcionamento do sistema capitalista. Com o fim do sistema de Bretton Woods, em 1971, o mercado financeiro mundial passou por grandes mudanças, já que aumentaria seu poder de gerar uma riqueza financeira artificial muito além da que é encontrada na produção de bens e serviços, assim como elevar extraordinariamente os ativos financeiros em circulação no mundo e potencializar as taxas de lucros das instituições financeiras.

Além de apresentar o grau de desenvolvimento de determinado estágio do sistema capitalista, as expansões financeiras prenunciam a chegada de uma nova fase (ARRIGHI, 2006). O crescimento das transações financeiras, depois de Bretton Woods — que tinha como regra cambial a paridade dólar-ouro e sistemas de taxas de câmbio fixas —, comandadas principalmente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, e das somas de lucros resultantes das taxas de câmbio flexíveis, deslocou parte importante do capital para a esfera especulativa em detrimento da esfera produtiva (FIORI, 2007), dessa forma, contribuindo para a elevação das dívidas e dos déficits públicos, do desemprego e da inflação.

Essa forma contemporânea de exploração de pequenos grupos sobre toda a população mundial tem contribuído para desestruturar a economia global e, conseqüentemente, aprofundar as crises constantes dos Estados capitalistas. Dívidas privadas foram transformadas em dívidas públicas, como as fileiras de dívidas oriundas de grandes corporações, no caso dos bancos ou empresas de alto porte, muitas delas assumidas pelos Estados a partir de 1980. Ao invés do dinheiro servir para criar empregos, foi usado para não impedir uma quebra geral dos setores privados que, por sua vez falidos, também levariam a um desenfreado aumento do desemprego.

As mega-transações financeiras que criaram grandes déficits comerciais nos Estados Unidos na década de 1980, favorecendo a Alemanha, o Japão e os Tigres Asiáticos, foram sentidas e, em parte, pagas pelas economias periféricas do sistema capitalista, tais como as dos países latinoamericanos, na forma da elevação dos juros sobre as dívidas externas que assaltaram os cofres públicos desses Estados e as suas populações, diminuindo os investimentos públicos e privados sobre as economias hiperinflacionárias desses países.

Em 1987, a crise financeira retirou um trilhão de dólares da economia mundial em menos de uma semana (TAVARES; FIORI, 1993). Essa forma de riqueza acumulada e não associada diretamente à produção, mas que dela se origina, gerou no mundo um fluxo de capitais em curto prazo de cifras muito elevadas, que viajaram pelo planeta graças à globalização das tecnologias da informação e da comunicação na procura de sua reprodução imediata.

Boa parte dos recursos foi controlada por fundos de pensão norteamericanos ou por fundos de orientação especulativa. A política de juros altos dos EUA, e as flutuações cambiais na década de 1980, provocaram o aumento da internacionalização dos bancos privados dos países ricos, principalmente no Japão e na Alemanha, colocando em embate a operacionalização das políticas de regulação financeira e macroeconômica que pudessem beneficiar os interesses dos Estados nacionais e das instituições econômicas privadas.

Sem dúvida alguma, o crescimento das transações financeiras, em resposta à diminuição das taxas de lucros, adquiriu espetacular importância, principalmente para os principais centros industriais (CARCANHOLO, 2009). Quando, em 1971, 90% dessas transações mantinham, de certa forma, alguma relação com a economia real, por meio do comércio e de investimentos de longo prazo, e os outros 10% tinham caráter especulativo; quase vinte anos depois, em 1990, esses números foram invertidos.

Em 1995, aproximadamente 95% das transações estavam relacionadas, de alguma forma, com a especulação financeira, cujos fluxos de capitais geralmente ultrapassavam as reservas de moedas estrangeiras, montantes acima de um trilhão de dólares, dos sete maiores países industrializados do mundo, onde algo em torno de 80% desses valores poderia vir a ser retirado em poucos dias (CHOMSKY, 2002).

Todas essas tendências na distribuição de capital, de emprego, produção, de ingressos, de bens e serviços no mundo de hoje, estão em relação com as mudanças nas relações entre as diversas formas de acumulação capitalista a favor da absoluta hegemonia da acumulação especulativa. Assim, as transações cambiais mundiais que eram de mais ou menos 20 milhões de dólares em 1970, eram já de 1,3 trilhões de dólares em 1999. Somente nos Estados Unidos, em 1980 os “fundos de pensão”, os “fundos comuns”, as companhias de seguros e os seguros de vida, constituíam ativos financeiros de 1,6 trilhões de dólares, em torno de 60% do PIB do país. Porém, em 1990 esses ativos eram já de 5,2 trilhões de dólares, ou 95% do PIB e em 1993 eram mais de 8 trilhões de dólares, ou 125% do PIB do país. O predomínio financeiro se mostra também na chamada “financeirização” das empresas, porque suas inversões produtivas decrescem continuamente a favor das financeiras. [...] Em 1983, os ganhos em bolsa na periferia chegavam, todavia, a 100 bilhões de dólares. Porém, em 1983 a cifra era já de 1.500 bilhões (QUIJANO, 2001, p. 09, tradução nossa).

Como lembra Chesnais (1996), as especulações do capital financeiro retiram da produção do trabalho, nas variadas categorias e qualificações, os subsídios para a sua reprodução indiscriminada, ao incrementar as explorações sobre os trabalhadores e decretar ainda mais as distâncias no se

refere à dominação dos países centrais em relação aos países periféricos, sobretudo no que toca à participação econômica e política vinculada ao capital monetário rentista, tendo como aliados as restritas burguesias no interior de cada país.

Ao retirar do processo produtivo do trabalho os insumos necessários para a sua multiplicação, a liberalização financeira rapidamente tem fortalecido os mercados financeiros que, ao encontrarem fontes mais lucrativas de investimentos em menores espaços de tempo, não só ampliam a exploração do trabalho, mas tendem a impedir a geração de novos empregos e a colocar no desemprego ou no mercado da informalidade, parcela significativa da população, fortalecendo e ampliando a concentração restritiva da riqueza.

As finanças de mercado, ou finanças desintermediadas, “mundializadas”, são excludentes, em grau mais forte do que as formas de internacionalização precedentes. Elas penalizam, de modo particularmente severo, os países em vias de desenvolvimento, em sentido estrito. Pois esses países não têm a honra de possuir um mercado financeiro “emergente” que possa ser integrado, nem empresas capazes de atuar nos mercados de títulos e ações dos grandes países industrializados (CHESNAIS, 1998, p. XX-XX14).

Essa nova e outras formas de acumulação, designada por Virgínia Fontes de capital-imperialista, inserida no contexto mais amplo de funcionamento da estrutura do sistema capitalista, não contrapõem o capital financeiro ou bancário ao capital industrial ou de serviços, mas os apresenta em estreita correlação, ou seja, associados “pornograficamente” (FONTES, 2010, p. 198).

2.1 Do Neoliberalismo ao Novo-Desenvolvimentismo Brasileiro: breves considerações para situar a mercantilização educacional

As reformas neoliberais de “ajuste” estrutural estabelecidas nos países da América Latina na década de 1990, influenciadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), estiveram espelhadas nos princípios do Consenso de Washington¹, firmados em 1989. As ideias da eficiência do mercado e das privatizações invadiram o palco latinoamericano direcionadas pelos países centrais e suas instituições internacionais, enganando as populações destes locais ao piorar as suas condições sociais em benefício dos seletos ricos (DEL PINO, 2002).

De acordo com Carcanholo (2002, p. 16), o receituário neoliberal estaria repartido em três concepções diferenciadas: (1) estabilização macroeconômica, cujo objetivo seria o de conter a inflação e controlar os gastos governamentais; (2) abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização das empresas estatais e de serviços públicos, corte de grande parte dos subsídios para liberar os preços e a abertura financeira; (3) crescimento econômico (racionalidade fiscal) e novos investimentos privados que possibilitariam a distribuição de renda para os países periféricos.

Depois de eleito em 1994, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002, acabou por assumir um projeto neoliberal semelhante ao proposto para os países da América Latina pelo Banco Mundial e o FMI, com o combate à inflação e a redução do papel do Estado como matriz da estagnação e do atraso na economia (GUIMARÃES, 2001).

¹ O Consenso de Washington pode ser caracterizado como um conjunto de regras voltadas para o mercado, estabelecidas pelos Estados Unidos e as grandes instituições financeiras internacionais, as quais são, por esse país, majoritariamente controladas e por ele lideradas quando das suas inaugurações. Cumpriu e cumpre a função de atender, sobretudo, aos interesses dos grandes conglomerados empresariais mundiais que controlam parte importante da economia mundial, bem como formular políticas para reduzir a participação social do Estado e direcionar os rumos das estruturas do pensamento e da constituição das mentalidades sob esses princípios.

O governo FHC daria o retorno a uma coligação majoritariamente conservadora, que continuaria com muitas das políticas do período anterior, como a abertura ao capital internacional, a privatização do patrimônio público e a excessiva exploração dos trabalhadores em prol das elites nacionais e internacionais. No que diz respeito às esferas de decisão do aparelho estatal, caracterizou-se o neoliberalismo no Brasil pelo fortalecimento do Poder Executivo, dependência do Poder Judiciário ao Poder Executivo e restrição do Poder Legislativo.

A abertura comercial e financeira, a política de altas taxas de juros para atrair o investimento de capitais voláteis e especulativos em fundos de pensão ou outros mecanismos financeiros, ancorada na estabilização da moeda provocada pelo Plano Real, junto com os processos de privatização das empresas públicas, acabaram propondo no governo FHC, uma “impressionante centralização de capitais, através de aquisições, incorporações e fusões, concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira” (FIGUEIRA, 2010, p. 41-42).

Durante todo o seu governo, o mercado interno foi deixado à parte, tendo em vista as políticas de abertura comercial. A inicial valorização cambial da moeda, no primeiro mandato de FHC, com os produtos estrangeiros mais baratos, gerou um aumento das importações e do consumo em diversos setores da economia brasileira, produzindo déficits na balança comercial, por meio dos prejuízos significativos no parque industrial nacional. Para suprir a demanda de capitais, os altos juros internos objetivaram atrair investimentos externos especulativos de curto prazo, influenciando o aumento das dívidas públicas (interna e externa).

No segundo governo FHC, depois da crise do México em 1995, da crise financeira asiática em 1997-1998, da moratória da Rússia em 1998, o Brasil, em 1999, também mergulhou em séria crise financeira. A desvalorização do Real e a maior elevação das taxas de juros (consideradas no período uma das maiores do mundo), conforme as regras do Banco Mundial e do FMI, tiveram a função de atrair capitais externos para produzir superávits primários², permitindo ao país cumprir seus compromissos externos, como o pagamento dos juros da dívida externa. Essas medidas políticas e econômicas não foram suficientes para impedir que o país recorresse aos empréstimos com o FMI em fins dos anos 1990 e início de 2000.

Os grandes grupos econômicos e financeiros nacionais, bem como o capital internacional, têm promovido uma transnacionalização de determinadas empresas, fortalecendo seu poder econômico e político. Nesse sentido, os capitais relacionados com o comércio exterior, como no caso do agronegócio, especialmente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), também aumentaram sua importância na economia brasileira — fruto da menor instabilidade do mercado mundial no período —, com a exportação de *commodities*, de produtos de baixo nível tecnológico, pequeno valor adicionado por trabalhador e de um mercado em lento crescimento.

A economia brasileira, no governo Lula, esteve fortemente dependente das exportações e da obtenção de superávits primários, no intuito de reduzir a vulnerabilidade externa do país e fugir das ameaças

2 Desde 1994, a desvinculação de recursos do orçamento da União, mantida em 20%, retirou recursos obrigatórios transferidos para os Estados e os municípios brasileiros, no intuito de combater a hiperinflação, gerar superávit primário e conseguir a estabilização fiscal, legitimada com a Emenda Constitucional nº 10, de 4 de março de 1996, que legalizou o Fundo Social de Emergência (FSE). O FSE originou o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), através da Emenda Constitucional nº 17, de 22 de novembro de 1997, por sua vez, substituído pela Desvinculação das Receitas da União (DRU), através da Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000, ainda em vigor. Para a área educacional, através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 277/09, transformada na Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, aprovou-se o fim gradual da DRU, com cotas de 10% para 2009, 5% para 2010, e a sua total extinção para 2011.

das crises cambiais. Dependente do desempenho dos ciclos do comércio internacional, sobretudo com a exportação de produtos com baixo valor agregado, coloca-se em dúvida a possibilidade de um crescimento econômico sustentável para o país.

Sem romper com as amarras que caracterizam o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo, e em virtude da trajetória e do discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) antes de assumir a presidência sob a figura do presidente Lula, Francisco de Oliveira cunhou o termo “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010, p. 21) para caracterizar o governo do PT, também interpretado por Maar (2010, p. 356) da seguinte forma:

Na hegemonia às avessas, os “dominados” não só são objetivamente subordinados à dominação (o que também ocorre na hegemonia que não é às avessas), mas são subjetivamente os agentes da estrutura de dominação, em vez de assumi-la conforme padrões impostos que se tornariam hegemônicos. São sujeitos imanentes ao âmbito da hegemonia, que não promovem a hegemonia de algo “exterior” a si próprios, como se fora mera aplicação de sua situação de avassalados. Os dominados não são pré-constituídos, mas constituem-se como dominados no exercício objetivo da ação política em que ocupam uma função e funcionam como executores da dominação.

Passado o auge neoliberal dos anos de 1990, a primeira década do século XXI no país (e em alguns dos países latinoamericanos, como Argentina e Chile), vê surgir no cenário intelectual uma nova corrente teórica nomeada de novo-desenvolvimentismo, que busca descrever e, ainda, propor alternativas para a condução da política, da economia e da sociedade na qual está inserida.

Essa corrente de pensamento assume um estreito diálogo — mas com diferenciais importantes —, com uma tradição que retorna às décadas de 1940 a 1970, cujas teorias (nacional-desenvolvimentistas) que pretendiam explicar as condições estruturais do subdesenvolvimento dos países periféricos do sistema capitalista mundial, em especial os da América Latina, foram marcadas pelos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) no Brasil.

Como algumas de suas principais características, destacam-se a proposta de um Estado forte e um mercado seguro; de um projeto nacional de crescimento econômico (aumento da capacidade de poupança e investimento) e reformas institucionais que viessem a melhorar os índices de distribuição de renda do país, com políticas orientadas para o mercado, na medida do possível, corrigindo as suas falhas quando estas se apresentassem (BRESSER-PEREIRA, 2006; SICZÚ, 2007).

O novo-desenvolvimentismo mostra também muitas semelhanças com o que ficou conhecido como a “Terceira Via³”, cujo marco teórico inicial pode ser encontrado nos trabalhos de Anthony Giddens, e que teve como principais expoentes a Inglaterra e os Estados Unidos na década de

3 Em sua concepção política, a Terceira Via, a partir da década de 1990, constituiu-se com os governos de Tony Blair na Inglaterra e Bill Clinton nos Estados Unidos, numa tentativa de promover a modernização social a partir dos países hegemônicos que, apesar de não considerar a política de classe, buscou implantar a justiça social com o apoio da sociedade como um todo. Nos aspectos econômicos, pretendeu instaurar uma “economia mista”, mediante a harmonização entre regulação e desregulamentação, entre os fatores econômicos e não econômicos em sociedade, por meio de parcerias entre o público e o privado, mas incentivando a competitividade econômica quando houve a possibilidade do predomínio monopolístico, bem como o controle dos monopólios naturais, ao “criar e sustentar as bases institucionais dos mercados”. A Terceira Via abriu o caminho para a legitimação da moderna social-democracia, culpando o Estado pelos muitos dos problemas gerados pelo excesso de acumulação restritiva (ANTUNES, 2009, p. 99).

1990, com os respectivos governos de Tony Blair e Bill Clinton. Seus defensores propõem ajustes homogeneizantes, políticos e econômicos para a sociedade brasileira, que desconsideram as lutas de classes, sem romper com a lógica do capital.

Caso tudo corra conforme as pretensões novo-desenvolvimentistas, o país seria alçado à condição de desenvolvido, colocado em nível semelhante aos atuais centros industriais, saindo da sua condição histórica de dominado, para a de dominador, passando a explorar aquelas nações e suas populações que se encontram em situação desfavorável dentro das regras competitivas do sistema capitalista. Assim, as soluções para muitos dos problemas internos seriam realizados com sua transferência para outras regiões.

O novo-desenvolvimentismo busca um Estado burguês complementar ao mercado, na ânsia de promover o bem-estar universal, mas interno, sem a distinção de classes sociais, ao tentar mascarar seus conflitos antagônicos. No plano teórico, o discurso novo-desenvolvimentista contrapõe a burguesia produtiva à burguesia industrial, onde a primeira impediria a expansão do investimento na produção, reduzindo a oferta de empregos e renda para os trabalhadores.

Na prática, com o favorecimento ao capital rentista, em contraposição às políticas assistencialistas para a distribuição de renda (que modificaram pouco os índices de concentração de renda no país, como no caso do Programa Bolsa Família), no governo Lula, ainda sob altas taxas de juros, retirou-se da economia brasileira algo em torno de 37% do Produto Interno Bruto (PIB), os quais foram direcionados aos especuladores nacionais e internacionais através do pagamento de juros da dívida pública e investimentos de fundos financeiros (CASTELO, 2010).

2.2 Mercantilização Educacional: quanto vale o conhecimento?

Na área educacional, conforme disposto na última Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/1996, a configuração dos sistemas de ensino beneficiou os interesses privados, principalmente os relacionados às Instituições de Ensino Superior (IES) particulares, com vertiginoso crescimento quantitativo para estas instituições.

A internacionalização, o empreendedorismo, os empréstimos, as fusões de corporações e as bolsas de valores invadiram o cenário da educação, subsidiados por documentos⁴ de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), ganhando forma material nos acordos de livre comércio entre algumas instituições de ensino superior (GOERGEN, 2010; SILVA JÚNIOR, 2002).

Com a participação dos organismos internacionais na orientação das reformas educacionais em nível nacional e internacional, por meio de créditos financeiros e, sobretudo, assistência técnica

4 Podem-se citar, dentre outros, a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e pelo Banco Mundial, contando com a participação de 155 países que se comprometeram, por meio da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, aprovada no evento, a assegurar uma educação básica de "qualidade" às suas populações; o Relatório de Delors (1998), fruto da Comissão Internacional sobre Educação, convocada pela UNESCO, o qual foi produzido entre 1993 e 1996, no intuito de propor revisões para as políticas públicas educacionais de vários países; a Cúpula Mundial de Educação, também promovida pela UNESCO, que ocorreu no Senegal em 2000, e teve como fruto a Declaração de Dakar, pretendeu reafirmar os compromissos de Jomtien, já que a maior parte de seus objetivos não havia sido cumprida.

aos países periféricos, estabeleceu-se a formação dos mercados educativos. As negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e os Tratados de Livre Comércio (TLC) passaram a determinar uma educação comercializável, cujos princípios foram firmados pela privatização, competição, competência, eficiência e pelas regras de mercado.

Além da busca incessante do lucro, o processo de internacionalização educacional passou a ser marcado pela colaboração entre as instituições, no intercâmbio entre pesquisadores e estudantes, na validação mútua de diplomas, dentre outros, o que tem incitado discussões que levem em consideração uma educação tida como mercadoria e privatista, em contraposição a uma educação enquanto bem público e dever do Estado.

A participação de grandes instituições estrangeiras, ao orientar reformas educacionais em caráter internacional e regional, através de crédito financeiro e, principalmente, assistência técnica aos países periféricos do sistema capitalista, tem estabelecido a formação de mercados educativos (DOURADO, 2002).

Associados ao sentido mercadológico, os processos educacionais, impulsionados pelo setor produtivo, passaram a direcionar majoritariamente os rumos das pesquisas científicas, em todas as áreas do conhecimento, e a formar os recursos humanos sob a égide da hegemonia cultural do capital, de caráter individual e particularista, baseada nos paradigmas seletistas da competência, competitividade, eficiência e privatização. Privilegiam-se não garantir os direitos trabalhistas dos profissionais da educação, e a visão do aluno como cliente.

Entre os anos de 1994 e 2008, no caso das Instituições de Ensino Superior, o crescimento global foi de 164,6%, com índices de 8,3% para as públicas, e de 218,5% para as privadas. No que diz respeito às matrículas, o crescimento geral foi de 205,8%, com 84,6% para as públicas, e 292,4% para as privadas (GOERGEN, 2010).

Na educação básica, o privado tem sido inserido no espaço público com a venda de materiais pedagógicos consumidos por docentes e discentes da rede pública. Mais do que a movimentação de capitais vinculados a estas transações comerciais, o conteúdo privatista, fixado na diversidade curricular, tende a formar a consciência dos indivíduos, permitindo que haja poucos espaços para a contestação desta mentalidade particularista. Consagra-se a permanência das altas desigualdades sociais, pois os agentes que as deveriam contestar, em prol de uma emancipação coletiva, ao contrário, pensam e agem a favor da sua efetivação.

No ensino básico, cresceu a venda de materiais pedagógicos e “pacotes” educacionais, que incluem aluguel de marca, pelo mecanismo de franquias, avaliação e formação em serviço do professor. Tais atividades são desenvolvidas por algumas das grandes redes de escolas privadas, como os Cursos Osvaldo Cruz (COC), Objetivo, Positivo e Pitágoras. Mais recentemente, esse grupo de instituições tem avançado sobre os sistemas públicos de educação básica, vendendo materiais apostilados para redes municipais e estaduais, tendo os mesmos sido avaliados no âmbito do programa nacional do livro didático (PNLD) (OLIVEIRA, 2009, p. 741).

Destacam-se o volume crescente de capitais angariados pelas instituições educacionais privadas. Em 2008, os R\$ 90 bilhões movimentados corresponderam a aproximadamente 3% do PIB, que ainda foram inferiores aos gastos públicos com a educação, mas quando observamos o período de 2001 a 2008, o salto de R\$ 10 bilhões para R\$ 90 bilhões, movimentados no setor educacional

privado, diga-se de passagem, concentrados em poucos grupos, foi incomparável a todos os outros setores da economia brasileira (OLIVEIRA, 2009).

Atualmente, quatro empresas educacionais são negociadas na BM&FBOVESPA, no caso, a Anhanguera Educacional, a Estácio Participações, a Kroton e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB), este último adquirido no ano de 2010, pelo grupo britânico *Pearson*, que controla o jornal inglês *Financial Times*, por R\$ 888 milhões, destacando a desnacionalização deste grupo empresarial ao apontar os rumos das associações empresariais, neste caso, para o campo da educação (O GLOBO, 2010).

Ainda em 2010, o Grupo Abril comprou o Anglo — uma rede educacional especializada em cursos preparatórios para o vestibular, tornando-se a 2ª maior rede educacional do país, cuja perspectiva de faturamento superava os R\$ 500 milhões para o ano de 2010 (OSCAR, 2010).

Só as duas primeiras instituições acima (Anhanguera e Estácio), as maiores IES privadas no país, movimentaram, em 2010, algo em torno de R\$ 25 bilhões e, no dia 17 de agosto de 2011, a Anhanguera comprou a Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban), por R\$ 510 milhões (NINNI; CRUZ, 2011).

Esses grandes grupos empresariais, nacionais e/ou estrangeiros, têm comprado instituições educacionais médias e pequenas, muitas delas por preços apreciáveis e, não raro, com dívidas e muitos passivos, na ânsia de organizar uma nova forma de gestão para estes grupos fusionados, para que possam gerar lucros no menor espaço de tempo possível. Conforme Oliveira e Carvalho (2011), os principais grupos neste setor seriam a Universidade Anhembí Morumbi, que pertence ao grupo norte-americano *Laureate Education*, a *Whitney Internacional University Sistem*, o Centro Universitário UNA, de Minas Gerais, além dos já citados Grupo Anhanguera, *Apollo Group* e a Estácio Participações.

Se no início dos anos 2000, as 20 maiores empresas educacionais comandavam aproximadamente 14% do mercado, em número de alunos, nos dias de hoje, essas mesmas empresas passaram a controlar 35% do mercado de educação superior, mostrando uma oligopolização do setor que tende a crescer ainda mais nos próximos anos (CONTEÚDO, 2010).

Os investimentos em Bolsa de Valores associados às IES recebem forte influência do capital internacional especulativo, onde os investidores aplicam nesse setor como o fazem em qualquer outro, e cujo interesse vai em direção à multiplicação dos capitais até o momento em que julgar conveniente, multiplicando os seus capitais graças à expropriação da base produtiva.

O capital fictício, do ponto de vista individual, por si só não é capaz de produzir valor excedente, mais-valia, pelo simples fato de que não entra no processo produtivo. O que ele faz é possibilitar/facilitar o financiamento do capital produtivo, em alguns momentos específicos. A sua lógica diz respeito à apropriação do excedente (via juros), não à sua produção, embora ele contribua indiretamente — via rotação do capital global — para o aumento da acumulação. Assim, se a lógica da apropriação de mais-valia é alastrada/expandida, em detrimento da produção do excedente, uma parcela cada vez maior do capital global procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos. O resultado final é a redução da taxa de lucro e o aprofundamento do comportamento cíclico da crise (CARCANHOLO, 2008, p. 260).

Algo em torno de vinte fundos de investimentos, na sua maioria fora do Brasil, estaria oferecendo um montante de R\$ 3 bilhões para serem aplicados na área da educação no país. Para os quatro grandes grupos educacionais acima citados, em um ano, teriam arrecadado no mercado de capitais, uma cifra próxima a R\$ 1,9 bilhão (OLIVEIRA; CARVALHO, 2011). Os autores também chamam a atenção para uma possível oferta do grupo americano *Apollo*, em associação com o fundo *Carlyle*, na compra da

Universidade Paulista (UNIP), que conta com quase 200 mil alunos, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

Fora o potencial financeiro, deve-se lembrar da parceria política entre os empresários da educação e o Parlamento Brasileiro, este último atuando como incentivador da expansão e do crescimento da mercantilização da educação, principalmente pelos mecanismos legais. Existe, inclusive, no Congresso Nacional, uma “Frente Parlamentar em Defesa da Educação Superior Privada”, da qual participa 214 congressistas (CONTEÚDO, 2010, p. 22).

3 Considerações Finais

A educação tem conduzido à formação dos indivíduos ante a lógica da ideologia mercantil em instituições que almejam, mas que muitas vezes, não cumprem o papel de preparar o estudante para o mercado de trabalho, que irá atuar como mão de obra barata, e que deverá aprender a produzir em maior quantidade nos processos de produção, de forma disciplinada física e moralmente, com exatidão e conhecimento técnico, cumprimento estrito das funções, pontualidade, de cujo esforço maior se apropriará empresários e/ou industriais, ou mesmo o próprio Estado (FRIGOTTO, 2009; GENTILI; FRIGOTTO, 2002).

O poder da técnica em sociedade reproduz o poder dos economicamente mais fortes nesta mesma sociedade, pois as tecnologias e o conhecimento são pensados, financiados e produzidos, quase sempre, com a intenção de sua lucratividade imediata e futura. Com o ideal de que a educação deve maximizar a distribuição do conhecimento técnico para que as pessoas possam maximizar suas chances no mercado de trabalho, a educação atua como elemento importante no modo de produção de mercadorias da sociedade (sobretudo de pessoas), na divisão social do trabalho, na distinção entre o mental e manual.

Com o baixo poder de contestação, em virtude da histórica má formação das consciências e das mentalidades dos indivíduos em sua maioria, no Brasil, as reformas neoliberais e o novo-desenvolvimentismo, também na área educacional, puderam ser implantados e legitimados, inclusive com a perspectiva de que trariam melhorias para a qualidade de vida aos que mais precisavam. Nesse sentido, as desigualdades sociais do país, consideradas entre as piores do mundo, estiveram estritamente relacionadas com as desigualdades educacionais.

Conforme foi destacado neste trabalho, o processo de especulação financeira, estratégia da burguesia rentista, não apenas para fugir da diminuição das taxas de lucro, mas inclusive para elevá-las em patamares até então nunca vistos, tem contribuído para exacerbar a concentração restritiva de capitais, ampliando as diferenças sociais em todos os cantos do mundo.

Para o caso brasileiro, principalmente depois do incentivo legal aos interesses privados na LDB (Lei nº 9.394/1996), houve a inserção de instituições educacionais no jogo dos mercados financeiros, sobretudo de algumas IES particulares, e a promoção da formação de grandes conglomerados empresariais, que agrupam diferentes níveis e modalidades de ensino, favorecendo a desnacionalização com a entrada de capitais internacionais.

Sem a ruptura das circunstâncias políticas, econômicas, sociais e culturais, que tradicionalmente conduzem às desigualdades extremas, onde os processos educacionais teriam importante papel a cumprir, a tendência é que os grupos minoritários, em variadas partes do mundo, continuem a desfrutar das novas e velhas técnicas de exploração sobre os grandes contingentes populacionais.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 08-29.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. -2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2006. 393 p.
- BORÓN, Atílio. *Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 272 p.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011a. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2762>>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- _____. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 10, de 4 de março de 1996*. Dá nova redação ao art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/ccivil_03/.../Emendas/Emc/emc10.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- _____. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 17, de 22 de novembro de 1997*. Dá nova redação aos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011c. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/ccivil_03/.../Emendas/Emc/emc17.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- _____. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 27, de 21 de março de 2000*. Dá nova redação ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011d. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/.../emc27.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- _____. Constituição (1988). *Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009*. Dá nova redação ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Presidência da República, 2011e. Disponível em: <http://200.181.15.9/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- _____. Constituição (1988). *Proposta Emenda Constitucional nº 277, de julho de 2009*. Dá nova redação ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2011f. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=403508>>. Acesso em: 10 ago. 2011.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1746>>. Acesso em: 10 de agosto 2011.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Abertura Externa e Liberalização Financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. 251 f. Tese (Curso de Pós-Graduação em Economia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Dependência e Superexploração da Força de Trabalho no Desenvolvimento Periférico. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotônio dos (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 251-264.

_____. Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependências, superexploração da força de trabalho e política econômica. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 147-272, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482008000200003>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

CASTELO, Rodrigo. O Novo-Desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do Estruturalismo Latino-Americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 191-211.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996. 336 p.

_____. Os Crashes Financeiros Asiáticos e os Mecanismos de Propagação Internacional de Crise Econômica. In: CHESNAIS, François (Org.). *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 292-328.

CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas?: neoliberalismo e ordem global*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002. 192 p.

CONTEÚDO. O Aprofundamento da Mercantilização da Educação. *Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino*, n. 7, p. 18-23, ago. 2010. Disponível em: <www.contee.org.br/noticias/contee/pdf/revistaconteudo_n7.pdf>. Acesso em: 01 set. 2011.

CORTEZ, Rafael de Paula Santos. Globalização e Proteção Social nos Países Desenvolvidos: uma análise da literatura. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 161-176, nov. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000200012>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEL PINO, Manuel. Política Educacional, Emprego e Exclusão Social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez ; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002. p. 67-91.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000012>>. Acesso em: 17 nov. 2009.

FIGUEIRA, Luiz. Modelo Liberal-Periférico e Bloco de Poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: MAGALHÃES, João Paulo de Almeida et al. *Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 35-69.

FIORI, José Luis. *O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. 262 p.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010. 384 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Política e Gestão Educacional na Contemporaneidade. In: FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). *Crise da Escola e Políticas Educativas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 60-81.

GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002. 279 p.

GOERGEN, Pedro. Educação Superior na Perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 895-917, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000300013>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito Social e *Welfare State*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 201-236, mar./abr. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

GUIMARÃES, Juarez. A Crise do Paradigma Neoliberal e o Enigma de 2002. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 136-144, out./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400015>>. Acesso em: 30 abr. 2010.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em Direção ao Passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 148-181.

MAAR, Wolfgang Leo. Políticas como Práxis: hegemonia às avessas, um exercício teórico. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às Aversas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 351-367.

NINNI, Karina; CRUZ, Renato. Anhanguera Compra Uniban por R\$ 510 milhões. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2011. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vida_e_anhanguera-compra-uniban-por-r-510-milhoes,773921,0.htm>. Acesso em: 28. set. 2011.

O GLOBO. Pearson Compra Parte da SEB, Sistema Educacional Brasileiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/07/22/pearson-compra-parte-da-seb-sistema-educacional-brasileiro-917222130.asp>>. Acesso em: 28. set. 2011.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às Aversas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às Aversas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. p. 21-28.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A Transformação da Educação em Mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300006>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

OLIVEIRA, Maria das Graças de; CARVALHO, Marco Eliel. Mercantilização e internacionalização: uma análise da educação superior provada no Brasil a partir dos anos 90 e suas conseqüências para o trabalho docente. In: SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 3., 2011, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2011. p. 01-20. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/SINPROMINAS1>>.

pdf>. Acesso em: 30 set. 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Declaração de Dakar*. Dakar: UNESCO, 2000. Disponível em: <www.unesco.cl/medios/biblioteca/documents/ept_dakar_marco_accion_pgues.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.

_____. *Conferência Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtiem: UNESCO, 1990. Disponível em: <www.unesco.org.br/publicações/copy_of_pdf/decjomtiem>. Acesso em: 12 dez. 2011.

OSCAR, Naiana. Abril Compra o Anglo e se Torna a Segunda Maior da Área de Educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 jul. 2010. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,abril-compra-o-anglo-e-se-torna-a-segunda-maior-da-area-de-educacao,27095,0.htm>>. Acesso em: 28. set. 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder: globalización y democracia. *Umbral*, p. 01-41, ago. 2001. Disponível em: <<http://umbral.uprrp.edu/files/Colonialidad%20del%20poder,%20globalizaci%C3%B3n%20y%20democracia.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

SADER, Emir. *A Vingança da História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. 199 p.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e Desigualdades no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1997. 207 p.

SANTOS, Theotônio dos. *Do Terror à Esperança: auge e declínio do liberalismo*. Aparecida: Idéias & Letras, 2004. 568 p.

SICZÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renault. Por que Novo-Desenvolvimentismo? *Revista de Economia e Política*, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Mudanças Estruturais no Capitalismo e a Política Educacional do Governo FHC: o caso do ensino médio. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 201-233, set. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000011>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

STIGLITZ, Joseph Eugene. *A Globalização e seus Malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, 2002. 327 p.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 193 p.

TOLEDO, Enrique G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997. p. 72-89.

Artigo recebido em: 11/10/2011 | Revisão recebida em: 10/12/2011 | Aprovado em: 13/12/2011 | Publicado em: 14/12/2012 |

Editor

Juca Gil - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Comitê Editorial

Andréa Barbosa Gouveia - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ângelo Ricardo de Souza - Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rubens Barbosa de Camargo – Universidade de São Paulo, Brasil

Conselho Editorial

Alejandro Morduchowicz
Universidad Pedagógica, Provincia de Buenos Aires, Argentina

Fernanda Saforcada
Universidade de Buenos Aires, Argentina

Jacques Velloso
Universidade de Brasília, Brasil

João Monlevade
Senado Federal, Brasil

Jorge Abrahão de Castro
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada / IPEA, Brasil

José Marcelino de Rezende Pinto
Universidade de São Paulo, Brasil

Lisete Regina Gomes Arelaro
Universidade de São Paulo, Brasil

Luis Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Luiz de Sousa Junior
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Luiz Fernandes Dourado
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Magna França
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Maria Beatriz Luce
Universidade Federal do Pampa, Brasil
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Marcos Edgar Bassi
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Maria Dilnéia Espíndola Fernandes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Nalú Farenzena
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Nelson Cardoso do Amaral
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Nicholas Davies
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Rosana Evangelista Cruz
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rosana Gemaque
Universidade Federal do Pará, Brasil

Robert E. Verhine
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Romualdo Portela de Oliveira
Universidade de São Paulo, Brasil

Theresa Adrião
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Tristan McCowan
University of London, Reino Unido

Vera Jacob
Universidade Federal do Pará, Brasil

Vera Peroni
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vitor Henrique Paro
Universidade de São Paulo, Brasil

Equipe editorial

Projeto gráfico e diagramação: Tiago Tavares

Revisão de português e normalização: Ana Tiele Antunes

Revisão de inglês: Ana Paula Ferreira

Fineduca – Revista de Financiamento da Educação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Faculdade de Educação

Av. Paulo Gama, s/n | sala 1004 | CEP: 90046-900 | Porto Alegre / RS

Telefone/Fax: (55) 51 3308-3103 | e-mail: revista.fineduca@gmail.com | site: <http://seer.ufrgs.br/fineduca>